

VIRA MUNDO, VIRA MUNDO: TRAJETÓRIAS NÔMADES. AS CIDADES NA AMAZÔNIA

*Regina Beatriz Guimarães Neto**

Resumo

Este texto focaliza alguns aspectos fundamentais do surgimento das novas cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia brasileira, acompanhando determinadas trajetórias de vida de trabalhadores submetidos a práticas sociais violentas, específicas do movimento de reterritorialização dos espaços amazônicos, a partir dos anos setenta do século XX. O objetivo é abordar por vários ângulos a experiência social, individual e de grupos específicos, um espaço social em particular, buscando relacioná-la às dimensões sociais mais amplas, reveladoras das condições violentas do processo de ocupação da Amazônia.

Palavras-chave

Amazônia; ocupação; violência; trajetórias nômades.

Abstract

This paper focuses on some fundamental aspects of the emergence of cities in recent settlement areas in the Brazilian Amazon Region, and on the life of workers submitted to violent social practices, which became characteristic of the re-peopling movement of that region in the 1970s. The objective is to approach the different angles of social and individual experience, and also of the experience of specific groups, attempting to relate them to broader social dimensions, revealing the violent conditions of the settlement process in the Amazon Region.

Key-words

Amazon Region; settlement; violence; nomadic paths.

Um tema tão amplo e relevante como o que trata da ocupação recente da Amazônia¹ aparece envolvido em uma multiplicidade de questões, sobretudo se atentarmos para o fato de que os contextos na Amazônia são mais variáveis e heterogêneos do que as análises macrossociais deixam transparecer, revelando diversas Amazônias, com histórias diferentes para cada uma delas. Especialmente se refletirmos sobre as diversas temporalidades e formas de ocupação do território amazônico, que se entrelaçam, registrando a coexistência de grupos étnicos e culturas distintas, em um universo marcado pelo conflito e pela violência.

Geografia imaginada, a Amazônia, para além das designações político-administrativas, sugere-nos a criação de um espaço marcado pelas interações, pelas passagens, pelas combinatórias das trajetórias sociais (sem postular o que homogeneiza). Como nas palavras de Michel de Certeau: “Daí se segue que, num mesmo lugar, há tantas ‘regiões’ quantas interações ou encontros entre programas. E também que a determinação de um espaço é dual e operacional (...)”.² É possível perceber que, ao mesmo tempo que se estabelece a rede de diferenciações, pode-se ter como ponto de partida da análise os espaços sociais que se combinam e se desdobram um no outro, armando a dinâmica das interações entre as personagens que os habitam.

Desse modo, nesse vasto conjunto, propomos nos ater a um campo de investigação que ofereça caminhos possíveis para nos aproximarmos da sua complexidade, inapreensível às totalizações indistintas. As nossas reflexões procuram destacar algumas configurações significativas que permitam apreender o universo social dos “novos espaços” precisando aspectos fundamentais do surgimento das novas cidades, acompanhando determinadas trajetórias de vida de trabalhadores, submetidas a práticas sociais violentas, específicas do movimento de ocupação recente do território amazônico, a partir dos anos setenta do século XX.

Nossas análises partem das experiências de nossas pesquisas, que se concentraram no estudo de algumas cidades localizadas na parte norte de Mato Grosso.³ Restringimos o universo de observação espacial e social com o intuito de abordar por vários ângulos a experiência social, individual e de grupos específicos, assim como o estudo de uma cidade em particular, buscando relacioná-los às dimensões sociais mais amplas, reveladoras de condições políticas, econômicas e culturais.

A dinâmica da ocupação: estratégias de controle político

Ao inscrever os interesses da exploração econômica da Amazônia na configuração do campo político, os governos ditatoriais, a partir do golpe militar em 64, dirigem o projeto de ocupação e controle do acesso às terras na Amazônia através da criação de planos nacionais que determinam novas políticas territoriais. Os “pólos” de desenvolvimento econômico, as políticas de incentivos fiscais e a implementação de grandes eixos rodoviários na região encontram-se entre as estratégias mais importantes para a exploração econômica e o domínio territorial dos “novos espaços”. Nesse aspecto, destacam-se: a concessão de grandes áreas de terras e incentivos fiscais a empresários para investimentos em projetos agropecuários, agroindustriais, projetos denominados colonização e diversos favorecimentos a empresas de mineração; a implantação das novas rodovias previstas pelo Plano de Integração Nacional (PIN),⁴ como a Transamazônica, no sentido leste a oeste, do Pará ao Amazonas, e a rodovia Cuiabá (MT)-Santarém (PA), de Mato Grosso ao Pará, direção sul-norte; e, ainda, a utilização maciça de propagandas para estimular os deslocamentos de agricultores empobrecidos para as novas áreas de colonização da Amazônia. Afirma-se, nesse caso, que o direcionamento do governo em orientar os fluxos migratórios para as novas áreas de povoamento favoreceria o “esvaziamento” dos conflitos sociais nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Ou seja, no nível do discurso oficial, os problemas sociais ocasionados pela disputa política no campo encontram-se relacionados à concentração de pequenos produtores rurais em determinadas áreas do país. Nada mais natural, nessa lógica, que o governo apresentasse um plano de “reajuste demográfico” nacional a fim de aliviar as tensões sociais.

Contudo, a produção desse discurso aparece associada a uma prática política militarizada, em que os órgãos estatais – aparelhados com os instrumentos de violência – reorganizam-se para desmobilizar politicamente os trabalhadores rurais, concentrar enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada e controlar os fluxos migratórios, estimulando a “colonização” dirigida. Tais práticas resultariam em uma contra-reforma agrária no Brasil, nas palavras do sociólogo Octávio Ianni.⁵ É no âmbito desse processo que se deve contextualizar a violência contra os povos indígenas, os seringueiros, os grupos de posseiros e demais segmentos camponeses, configurando uma experiência histórica de lutas étnicas e sociais⁶ engendrada no contexto político de um sistema agrário repressivo.

Dessa forma, em detrimento de uma reforma agrária, o poder público reforça o aparato policial e estimula a ação de milícias privadas e vigilantes armados, financiados pelos grandes proprietários rurais,⁷ procurando conter as reivindicações pela posse da terra de uma grande maioria de pequenos produtores do campo. A questão agrária no Brasil trans-

forma-se em assunto de ordem militar, tanto em âmbito privado quanto público, ficando os movimentos sociais e a luta pela terra submetidos à vigilância dos órgãos de segurança nacional.⁸

Porém, não se pode desconhecer o processo histórico anterior, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, em que os governos da maioria dos estados da União Federativa do Brasil, sobretudo os da Amazônia, encontravam-se envolvidos com grandes falcaturas na venda e distribuição de terras pertencentes ao Estado. Da mesma forma, eram coniventes com as ações de desmando e exploração de trabalhadores dos grandes proprietários de terra (inexistência de contratos de trabalho e mesmo ocorrências de “trabalho escravo”), estimulando a impunidade no campo. Mato Grosso é representativo dessas situações de ilegalidade de compra e venda de terras, em que o seu próprio Departamento de Terras se apresentava como o maior agenciador de títulos forjados, incentivando a “grilagem”⁹ de terras públicas, indígenas e de camponeses.¹⁰

A partir de finais da década de 1960, os governos ditatoriais reestruturaram os órgãos federais de planejamento regional,¹¹ determinam políticas estaduais, criam novas políticas territoriais, os programas de desenvolvimento agropecuário e agromineral da Amazônia e de “colonização”. As políticas oficiais voltam-se para a classificação das diversas áreas através de grandes eixos de investimentos econômicos, denominadas “pólos de desenvolvimento”, apoiando-se no capital nacional e estrangeiro.¹²

Intensificam-se, portanto, através das políticas governamentais, as demandas sociais por terra, impulsionando o movimento de expansão e “conquista” das áreas denominadas fronteira agrícola na Amazônia,¹³ associado sobretudo às frentes de trabalho nas zonas de colonização, mineração e exploração madeireira. Porém, a noção de fronteira pode ser reformulada, especialmente para refletir as dimensões culturais das situações vivenciadas pelos diversos atores sociais que se deslocam para as novas áreas, distanciando-se de seu significado geopolítico, instituidor das marcas divisórias dos territórios de Estados-nações e outras caracterizações político-administrativas. A fronteira é pensada como prática social e multicultural do processo de reocupação de territórios – especialmente áreas indígenas e de posses antigas –, relacionada aos constantes deslocamentos de grupos sociais.¹⁴

É nessa experiência delimitada que foram implantados, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, os núcleos denominados projetos de colonização, responsáveis pelo surgimento de centenas de cidades de pequeno porte, especialmente nos estados de Rondônia e Mato Grosso.¹⁵ Tais estados representam dois grandes espaços destinados à prática do que se convencionou chamar *colonização* na Amazônia: um que abrange o território coberto pela BR-163, Cuiabá – Santarém, com primazia para os empresários da iniciativa privada, que escolheram investir no Mato Grosso; e o outro, constituído pelo território compreendi-

do pela BR-364, Cuiabá – Porto-Velho, em que Rondônia recebe os projetos de colonização ditos oficiais, coordenados pelo Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Contudo, no caso de Rondônia, a política de colonização oficial instituiu a coexistência de projetos destinados a pequenos produtores, que foram denominados colonos, com aqueles projetos direcionados a médios e até mesmo grandes fazendeiros.

A partir dessa conformação espacial da *colonização*, desenvolve-se uma rede urbana que se estende ao longo dos grandes eixos rodoviários da Amazônia, provocando uma reterritorialização dos “novos” e “velhos” espaços, com implicações políticas, econômicas e culturais duradouras. Isso significa compreender que, dentre as estratégias de domínio do território amazônico, os chamados núcleos de colonização constituir-se-ão em instrumentos políticos de controle ao acesso à terra e ao mercado de mão-de-obra, recebendo vultosos incentivos financeiros do governo brasileiro.

Os pequenos agricultores e demais trabalhadores sem terra, que se mobilizaram de várias regiões do país para a Amazônia acreditando na possibilidade de adquirir uma área de terra e confiando nas oportunidades de trabalho, foram, na maioria das vezes, frustrados em suas expectativas. Muitos deles deslocaram-se de uma área de colonização a outra, trabalhando na abertura de outras frentes de colonização ou, então, mudando de atividade e emprego, engrossando as filas de trabalhadores dos garimpos, das derrubadas de floresta para grandes fazendeiros ou trabalhando para as madeireiras da região. A *colonização* como narrativa que participa da elaboração do mito do *Eldorado*, indicado como a terra da abundância e da fartura, revelou-se, nas difíceis situações vivenciadas pelos camponeses e trabalhadores assalariados do campo, uma experiência marcada pela impossibilidade de possuir ou de manter a posse da terra. Dessa forma, inúmeros “colonos” e demais pequenos produtores, sem condições de mobilizar capital e meios técnicos adequados para desenvolver a produção agrícola no ambiente amazônico, e, ainda, sob a pressão do endividamento financeiro (os empréstimos bancários) e da desestruturação familiar, conheceram a “terra prometida” como o lugar da exclusão social.

Nesse sentido, torna-se necessário deter-nos no termo “colonização”, adotado pelos meios oficiais e pelas empresas que atuaram em grandes áreas de terras dos estados que compõem a Amazônia. Reflete a positividade com que aparece revestida a instauração de um grande mercado de terras controlando a distribuição, o acesso e a posse das áreas, além de selecionar as demandas. O que muitos estudos trazem ao debate é que o governo e as empresas privadas, no período já indicado, implementaram uma política de invasão e ocupação violenta das terras indígenas e das terras públicas, indicadas como “espaços vazios”.¹⁶ Os grupos sociais que se deslocaram para essas áreas, homens e mulheres, incentivados pelas frentes de trabalho, abertas, sobretudo, pelas empresas que desenvol-

veram os projetos de loteamento de terras, de agropecuária e de mineração, foram, na maior parte das vezes, entregues à própria sorte. A morte por doenças e acidentes de trabalho, e, sobretudo, os confrontos com jagunços das várias empresas atuantes na região constituíram-se numa das marcas da história desses trabalhadores e trabalhadoras que acreditaram em uma terra que traria a solução para os seus problemas. Nesse sentido, torna-se importante destacar que o termo “colonização”, utilizado de forma ampla e naturalizado pelo discurso oficial, induz a uma representação mítica da história, em que o intenso conflito que se estabeleceu nesse processo não foi e continua não sendo contemplado.

*A colonização e as novas cidades – Mato Grosso*¹⁷

O estado de Mato Grosso apresentou a maior concentração de projetos de colonização privada no Brasil, principalmente aqueles implantados durante os finais dos anos 1970 e 1980. Podemos afirmar que toda a porção norte do estado se constituiu no “paraíso privado” das empresas colonizadoras do país,¹⁸ quer realmente para implantar os chamados projetos de colonização, quer para servir como instrumento à apropriação de maiores extensões de terras e outras justificativas menos explícitas. Em razão dessa política, Mato Grosso assistiu ao surgimento de mais de cem municípios novos¹⁹ durante as duas últimas décadas do século XX. Os núcleos urbanos originários dos projetos destinados à *colonização* e que se associaram sobretudo às atividades de mineração e à exploração da madeira, constituíram-se nos mais densamente povoados, distribuídos espacialmente ao longo das grandes rodovias federais.²⁰ São lugares enaltecidos pelo sucesso do seu desenvolvimento, alardeando progresso no Estado, sem questionar a violência e o custo social que esse modelo de desenvolvimento significou para as diversas etnias indígenas e segmentos camponeses, num território, segundo as palavras de Eudson F. de Castro, “todo ele regado de sangue dos índios, posseiros e peões que lutaram por terra”.²¹

O conflituoso processo de reterritorialização e construção desses espaços encontra-se associado à intensa divisão e segregação social instituídas nas novas cidades. É fundamental observar, nesse sentido, que desde o primeiro momento da implantação dos projetos de colonização, as plantas cartográficas que delimitam os espaços selecionados e mapeiam os lotes urbanos, projetam um território controlado e hierarquizado. Apresentam-se, dessa forma, os traços de um domínio social e econômico dos empresários no campo do planejamento, que adquire a forma do discurso da colonização.

Há uma outra dimensão bastante significativa. As plantas das cidades trazem uma representação simbólica reveladora do novo ordenamento social: algumas delas aparecem

figuradas na imagem de determinados objetos e figuras geométricas. A cidade de Juína, por exemplo, tem a forma de vários octaedros interligados, cada qual representando um módulo, que, por sua vez, encontra-se dividido em lotes. Associamos imediatamente as figuras dos octaedros, que aparecem nas propagandas da empresa,²² a grandes colméias, sugerindo quase instantaneamente a cidade do trabalho. A força dessa representação no imaginário social é também percebida na construção de símbolos cristãos, como o desenho da cidade de Vila Rica (MT), em forma de sino, evocando os tempos da história da colonização do Brasil, no período colonial, emitindo os sinais da ostentação da riqueza aurífera. A construção dessas imagens, indissociável de uma densa representação simbólica, tem uma correspondência direta na construção narrativa que os *colonizadores* produzem, sobretudo quando insistem em dizer que as “cidades da colonização” são aquelas onde mais se trabalha no Brasil.

O que se torna muito significativo nos planejamentos desses núcleos urbanos é o fato de as cidades serem pensadas e planejadas sob a ótica das hierarquizações sociais, separando por módulos os novos habitantes, atendendo a uma explícita política de divisão social, comum a todos os núcleos de colonização. Para os colonizadores, essa divisão nada mais representa que um modo racional de as novas cidades assumirem o seu papel civilizador, ordenador dos espaços sociais. Ora, segundo Bourdieu, as classificações “(...) apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”.²³ Nesse sentido, circunscrevendo o lugar social de cada conjunto de colonos, reproduzem-se no plano da arquitetura do planejamento urbano as explícitas formas e relações de poder, em que estas empresas assumem o controle sobre a circulação e a fixação de grupos de moradores das cidades em construção.

No interior de todo esse projeto de racionalização da “ocupação dos espaços vazios”, as cidades planejadas surgem conectadas às grandes rodovias; as áreas centrais são projetadas expondo a sede da empresa e demais locais de poder e de controle de circulação da população, como os lugares destinados às estações rodoviárias. Com esse objetivo, os administradores lançam mão de várias estratégias de controle do espaço da colonização. Utilizam-se dos mais diversos instrumentos de violência, uns mais explícitos, como mudar as pessoas de determinados lugares, retirando-as à força – até mesmo queimando barracos –, outros menos visíveis, como oferecer lotes em áreas mais afastadas, bastante insalubres, e, por isso, desvalorizadas. É muito revelador que nos primeiros momentos da abertura das novas áreas ditas de colonização as empresas erigissem barreiras físicas, construídas de madeira ou cimento, ou, também, utilizassem barreiras naturais, como rios de difícil travessia, controlando as passagens, impedindo a entrada daqueles que não podiam se identi-

car ou que não eram bem-vindos. Os moradores da cidade de Juína, por exemplo, não se esquecem dos “correntões”, como denominam as grandes e grossas correntes de ferro presas a guaritas (abrigos para sentinelas armadas, construídos com madeira ou cimento). Eles se localizavam nas passagens e nos caminhos, em pontos estratégicos da área de colonização, onde era exigida a identificação dos colonos, geralmente uma carteirinha fornecida pela empresa.²⁴ No caso do núcleo de colonização de Alta Floresta, o Rio Teles Pires funcionava como barreira natural, sendo que representantes da empresa controlavam pontos de passagem, sobretudo no local onde a balsa estava em atividade, encarregada das travessias.

Esses mecanismos de exclusão direcionavam-se, sobretudo, a negros ou homens e mulheres que haviam se deslocado de áreas geográficas muito pobres do Brasil, sobretudo de determinadas partes do Nordeste. Nesse caso, estigmatizavam os “nordestinos”, que eram associados a todos os homens pobres, perigosos e “sem rumo”, independentemente do lugar de origem. As diversas barreiras ocupadas por homens armados, encarregados da vigilância do lugar, passavam a funcionar também como barreiras étnicas. Nessas condições, inúmeros são os casos de violências registradas contra garimpeiros e trabalhadores sem terra pelos donos das colonizadoras.²⁵

Contudo, as diversas práticas de violência eram justificadas, no nível do discurso das empresas e grupos de proprietários bem-sucedidos, pela necessidade imperiosa de promoverem o desenvolvimento, aparecendo, no tempo histórico presente, ressignificadas como *etapas do processo de construção do novo*.²⁶ A idéia de progresso difundida pelos jornais e revistas do estado de Mato Grosso,²⁷ e que também ganha um enorme destaque na imprensa de grande circulação no país,²⁸ indica as novas cidades como lugares que promovem a ascensão social e a produção da riqueza. Grandes narrativas mitificam a “saga” de todos os que migraram do Sul para o Norte do país, e que passaram a ser chamados de colonos, onde teriam descoberto a terra da abundância, além da representação do mundo da riqueza fácil oriunda dos garimpos. Porém, o progresso técnico e material, mesmo só beneficiando uma pequena parcela de moradores-colonos, e o rápido crescimento da população nas cidades produzem a imagem irredutível do desenvolvimento econômico e do triunfo da civilização ao firmar suas bases nas novas áreas. Dessa forma, na Amazônia, sinalizando um modelo bem-sucedido do que passou a ser denominado colonização, desenha-se a paisagem sedutora das novas cidades.

As políticas governamentais e as narrativas que tomam parte da construção das imagens das terras férteis e inesgotáveis da Amazônia, assim como do progresso das novas cidades, participam efetivamente da formação do seu mercado de trabalho, pois realçam determinados aspectos que fascinam a imaginação dos pequenos produtores rurais. Entre os mais importantes, encontra-se a oferta de terra e de trabalho, acenando com a possibilidade de uma vida melhor. Por outro lado, o modelo de modernização agrícola adotado pelas regiões do centro-sul do Brasil, provocando uma maior concentração de terra e capital, também contribui para expulsar os pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros e diversos trabalhadores assalariados do campo. Nesse contexto, em que se entrecruzam diversos fatores, deslocam-se para a Amazônia grandes levas de trabalhadores(as) braçais, que se colocam à disposição dos donos de capitais para as mais diversas empreitadas (abertura dos núcleos de colonização, madeireiras, agropecuárias, garimpos, entre outros).

Contudo, muitos dos que para lá se dirigem não conseguirão seu intento. Homens e mulheres, contando apenas com a sua força de trabalho, não têm condições de adquirir um lote de terra ou, até mesmo, ao comprarem as áreas, não obtêm os meios econômicos para mantê-las, repassando-as a outros proprietários. Mudam constantemente de atividade: das lavouras para a extração do ouro e diamante ou para as derrubadas de floresta, e mesmo para as grandes fazendas e projetos industriais, num movimento oscilante. Acabam por formar uma força de trabalho disponível que se desloca de uma área a outra, sempre à procura de novas terras e trabalho.

Mas isso é ao mesmo tempo revelador das estratégias de domínio político no campo e do movimento de concentração da terra (“legal” pela compra de terras de produtores descapitalizados e ilegal pelas inúmeras grilagens que provoca). Os projetos de colonização são exemplares nesse sentido. Em poucos anos, as empresas duplicaram as suas posses, estendendo o seu domínio territorial. Ainda, o que se torna muito significativo é que, ao investigar as práticas comuns a todas as empresas, no que diz respeito à divisão dos lotes colocados à venda, verifica-se que apenas uma parte ínfima da área total “destinada à colonização” é disponibilizada para pequenos produtores, sendo que, dentro do mesmo projeto, grandes áreas são colocadas no mercado para atender à demanda de médios e grandes proprietários.²⁹ Além dessa estrutura forjada no interior de um projeto político de ocupação da Amazônia, construído muito mais para excluir camponeses pobres do que para incluí-los, as novas áreas, passados os primeiros anos de organização e consolidação do modelo de ocupação adotado, revelam suas inclinações. Isto é, reterritorializam-se mediante um padrão de desenvolvimento que atende à uma crescente divisão social do traba-

lho, com a especialização das atividades produtivas (como a pecuária e, especialmente, as monoculturas da soja, do algodão, entre as mais importantes). Porém, lado a lado com a maior especialização do trabalho coexistem formas arcaicas de superexploração do trabalho, que retratam o aumento indiscriminado das jornadas diárias, o não reconhecimento dos contratos e as várias modalidades de trabalho forçado.

Na parte norte de Mato Grosso, as situações descritas como trabalho escravo nas inúmeras propriedades rurais,³⁰ alvo de constantes denúncias, somam-se à violência das áreas de garimpos de ouro e diamante,³¹ onde são características as habitações provisórias, a alimentação precária, as doenças diversas, particularmente a malária, e os assassinatos. Além disso, nas áreas em que predominam as madeireiras, são comuns os turnos de 14 e 16 horas de trabalho e a exploração do trabalho feminino e de crianças, associados aos problemas constantes de acidentes de trabalho nas derrubadas da floresta, ocasionando mortes e mutilações dos corpos. Também registram-se graves problemas de saúde relacionados à intoxicação por pó da madeira e produtos químicos que as empresas de exploração e venda da madeira utilizam para o tratamento, conservação e transformação dos produtos.³²

A enorme pobreza em que vivem os trabalhadores braçais resulta desse processo histórico avassalador, contribuindo para o movimento de homens e mulheres pelo território amazônico, ora nos garimpos, ora nas derrubadas da floresta, ora nas fazendas, ora levantando cercas nas propriedades, outras vezes na limpeza de grandes lavouras como a da soja, algodão, milho, etc. Nas diferentes áreas por onde passam, sem quaisquer documentos de identidade, recebem as mais variadas denominações. Em alguns lugares são apenas *peões* (*peões de trecho*), em outros, *andarilhos* ou mesmo *pés-inchados*.

Desse modo, podemos analisá-los como parte de grupos sociais desterritorializados que se movem de uma cidade, de um estado ou de uma região a outra, perdendo continuamente as referências sociais de pertencimento a seu grupo de origem, “dentro e fora” da família, da cidade, da cultura, desterritorializando o próprio campo social.³³ Chegam a construir leis e regras de sobrevivência, como se vivessem em uma rede social “descolada” do controle e da disciplina implementadas pelo Estado. Um dos exemplos é a linguagem específica que utilizam no grupo. Falam em códigos e, muitas vezes, dizem para as pessoas que afirmam não entendê-los que consultem o dicionário. Lançam, desse modo, um desafio à compreensão de seu mundo simbólico. Acrescente-se a isso um modo de existência que deve ser seguido por todos do grupo, podendo custar a própria vida se não obedecido. Aproximando-nos desse microcosmo, percebemos que as relações são marcadas pelas ambigüidades e contradições, em que uma miríade de situações nos dá vários indícios de

regras que vão desde as mais simples, como dividir a bebida, os cigarros e parte dos alimentos, até as mais complexas, como cuidar de si para não ser roubado e morto pelo próprio grupo.³⁴

Relatos de trabalhadores

Em uma série de entrevistas que realizamos com trabalhadores braçais sobre as suas atividades de trabalho e outras situações de vida, na cidade de Juína,³⁵ apareceram insistentes referências à falta de assistência pública aos direitos dos trabalhadores, manifestando a sua vontade de denunciar as condições subumanas de trabalho. E quando se apresenta a oportunidade de expressarem seus próprios pensamentos/sentimentos a respeito das palavras por meio dos quais comumente são interpelados, revelam a consciência da conotação negativa que o significado dos termos – pés-inchados, andarilhos – carregam. Nesse sentido, Zenon Silva Santos, natural do estado do Maranhão, é um trabalhador que atravessou diversos estados (do Maranhão ao Pará, do Pará a Mato Grosso) e várias cidades, até chegar a Juína. Em seu relato oral gravado afirma:

Pé-inchado, todo mundo tem o nome de pé-inchado aqui, é só ficar nessa área da Rodoviária, pode ir para onde quiser que é sempre pé-inchado! Mas a gente vive aqui, olha minhas mãos (com enormes calos): isso aqui é moto-serra, é foíce, trabalhando tudo aí... Pé-inchado aqui não existe. Eu estou suando, eu falo na cara de quem quiser, sou vindo da capital. Falo a verdade, eu não sou mentiroso, aqui eu conheço, sou um trabalhador!³⁶

E, dirigindo-se a outros companheiros que estavam ao seu lado, mais dispersos, ele, alterando a voz, chama a atenção para si, e observa: “*Sou um lavrador! Vocês derrotam a nós mesmos, nós não somos pés-inchado. Agora gente safada aqui tem, cadê o pessoal do Fórum para resolver o nosso problema?*”³⁷

Nesse momento, Zenon revela ter conhecimento da força que o discurso que o exclui adquire quando passa a ser enunciado pelo próprio trabalhador. Fala para si e para o grupo, recusando as expressões que desqualificam os trabalhadores e produzem estratégias e práticas de dominação³⁸. O companheiro ao seu lado, participando da sua indignação, ao questionar, mistura o discurso da exclusão social com a denúncia da violência:

Cadê assistente social? Cadê o pessoal do Fórum que dá valor ao trabalhador? Aqui em Juína é só “cartucho”, um em cima do outro. Se você deve para mim, se eu for cobrar você, sabe o que eu vou receber? Um tapa no meio da cara!³⁹

Desse modo, os relatos reconstituem imagens da violência física e simbólica a que esses trabalhadores se encontram submetidos, denunciando as formas da superexploração da força de trabalho, a quebra do contrato social, o não reconhecimento da sua condição de cidadãos. Proprietários, autoridades e diversos tipos de moradores, nas cidades e locais em que se concentram esses grupos de trabalhadores, referem-se a eles como se fossem “estrangeiros”, “gente de fora”, que ameaçam a vida social estabelecida. Para Canclini, seguindo suas análises sobre as circunstâncias que envolvem a vida de imigrantes na “custosa aquisição de direitos na nova sociedade”,⁴⁰ apontar as diferenças em relação a outras categorias sociais expõe um dos aspectos mais significativos: “A condição de trabalhador, ao contrário, é a que revela de maneira mais radical o que significa ser estrangeiro”.⁴¹

Na Amazônia, estudando a violência contra trabalhadores e camponeses, Alfredo W. B. de Almeida também constata que as autoridades dos locais onde ocorrem os massacres e assassinatos referem-se aos “trabalhadores sem terra” não apenas situando-os à margem da sociedade, mas apontando-os como uma ameaça à ordem social, atribuída à condição de “estrangeiro”: “Ora, quando criam o estigma de ‘estrangeiro’ as autoridades buscam legitimar seus atos e suas omissões, porque é sempre ao ‘estrangeiro’ que se atribui toda a culpa pelos entreveros”.⁴²

Assim, nas várias modalidades de violência utilizadas, destacamos também as formas de imobilização de trabalhadores praticadas pelos proprietários e intermediários, como os *gatos*,⁴³ aliciando homens e mulheres para as fazendas ou áreas de desmatamentos. Pesquisando na imprensa de Juína, encontramos um artigo revelador sobre a exploração desses trabalhadores, com o seguinte título: “Pés inchados: de quem é a culpa?”. Em um trecho da matéria, o autor transcreve a própria fala do trabalhador:

*A gente fica cercado na fazenda (...) não podemos falar com o dono da fazenda pois não temos autonomia para falar com eles. É uma escravidão branca. Estes empreiteiros que tão por aí querem que a gente trabalhe e não pagam para nós (...) eles querem pagar com mercadoria, com cachaça. Cachaça a gente bebe quando está vago.*⁴⁴

O relato transcrito revela a face desesperada da exploração que domina a região, trazendo à tona o confinamento de trabalhadores em fazendas. Testemunha como, nas relações de trabalho, os trabalhadores não negociam diretamente com os patrões, estimulando as omissões e os atos ilegítimos ou mesmo o emprego da força física. Denuncia também as estratégias de imobilização dos trabalhadores na rede de poder dos empreiteiros, os *gatos*, com a conivência de autoridades e proprietários: “Fica tudo empenhado no mercado e no buteco”.⁴⁵

Outras pistas sobre o mundo do trabalho na Amazônia podem ser encontradas nas situações em que trabalhadores são alvo de acidentes de trabalho ou adoecem, quase sempre abandonados à própria sorte, ou, algumas vezes, deixados nas ruas das cidades. Em uma entrevista com um trabalhador, ele confessou: “*Contamos quantas vezes pegamos malária até o número cem, depois deixa pra lá...*”.⁴⁶ Em muitas situações, os trabalhadores, depois de “recuperados” da malária, ainda muito debilitados, retornam aos mesmos serviços, sem assistência alguma:

Um outro relato exemplar é o de Josenildo Lourenço de Sousa,⁴⁷ trabalhador braçal que passou por diversos garimpos e áreas de desmatamento para abertura de novas fazendas, contratado por fazendeiros e pelos *gatos*. O seu relato revela aspectos marcantes de formas coercitivas de trabalho e atos de violência, sobretudo nas áreas de exploração mineradora, formação de fazendas e derrubadas de floresta, entre outras:

*Trabalhei 6 anos em garimpo, efetivo, direto. Trabalhei na região do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia. Fui e voltei. Em Mato Grosso trabalhei em Peixoto. Trabalhei no Paranaíta; Pé Quente; Pé Frio; Garimpo do Novo Planalto, Novo Satélite. Estive em Juína em 1981, 1986 e depois em 1999. Eu rodei esse Brasil todo.*⁴⁸

Perguntamos a Josenildo sobre alguns fatos marcantes que presenciou nas áreas de garimpos. Rapidamente, disse-nos que nunca se esqueceu do seguinte acontecimento: um jovem rapaz, seu colega de trabalho, esfaqueara várias vezes o outro companheiro, seu amigo, porque este último, já alcoolizado, derramara a sua água de beber do balde. E se recorda das suas últimas palavras:

– *Falou comigo ainda. Eu era muito... Dormia assim a par. Eu mais ele. Trabalhava de sócio. Eu mais ele. Aí falou comigo (meu apelido lá era, galo, galinho):*
– *Galinho... Deixe eu morrer não cara, pelo amor de Deus!*
– *Fazer o quê? Não tem pra onde te levar. Até chegar lá na cidade, você já morreu... Um monte de buraco desses aí... E ele ainda falou assim: você viu o que é a bebida...*

E continua a se lembrar do acontecimento:

Isto nunca esqueci. Já vi matando gente demais. Troca de tiro ou até de empreita mesmo. Pessoa matar de empreita, eu já vi. Mas isso eu não remorso de nada. Agora, aquilo lá... Eu não tinha conversado com ninguém morrendo. E achei muito, sei lá... O cara podia ter perdoado. Porque uma vez que ele tava bebido e não tinha uma arma... O que é isso... Muita ignorância do outro!

Falando com ele depois, disse assim pra mim:

– *Caso passado!*

Falei – *Sei lá cara... Você é muito quente demais. Ignorância demais! Uma hora você morre de graça...*

Respondeu pra mim:

– *Eu não ligo com nada... Viver e morrer pra mim, tudo é uma coisa só!*⁴⁹

As circunstâncias e as situações em que ocorrem essas mortes são esclarecedoras das condições materiais e simbólicas que envolvem a sobrevivência dos homens e mesmo das mulheres que vivem nas áreas de mineração, seja em Rondônia, Mato Grosso, Amapá ou Pará, marcadas pela violência física e moral. A expressão utilizada, *caso passado*, denota uma ruptura com o passado, que aponta para uma vida sem futuro; *viver e morrer* exprimem um sentido de provisoriade desconcertante. Mas são palavras que emergem da esfera de outro código social, somente compreendido no contexto em que o acontecimento aflora, através de suas dimensões simbólicas.

Todos essas situações contribuíram, de certo modo, para que Josenildo, ele mesmo, depois de ter sido quase assassinado nas áreas de exploração de cassiterita, no estado de Rondônia, abandonasse de uma vez por todas os garimpos. Mudando de atividade, seguiu dos garimpos para as áreas que contratam para o serviço pesado e perigoso nas derrubadas da floresta, reproduzindo uma prática comum na vida desses trabalhadores:

*Fui trabalhar em fazenda. Eu já parei faz tempo no trabalho em garimpo. Mexo com motor, derrubada, serragem de madeira, tiro tábua, faço de tudo. É também muito perigoso. Serviço pesado. Já vi muita morte. Já ajudei a tirar debaixo do pau. Aqui mesmo em Juína, em 1986. Morreu um em meu serviço; quebrou a perna de outro. Lá em Rondônia eu participei de uma derrubada que morreu doze operadores. Dois mil alqueires de derrubada! Lá, pra derrubada é grande. Eu já participei de derrubada de cinco mil alqueires. Fazenda Moisés. Moisés Freitas. Ele é paranaense. Ele derrubou cinco mil alqueires com medo de tomarem (o governo e a reforma agrária). Cada parte da fazenda, ele derruba um pouco. E foi lá que vi o maior número de acidente, doze operadores. Nunca tinha visto!*⁵⁰

A morte no trabalho torna-se uma rotina, uma banalidade. A vida do trabalhador não tem nenhum valor, nenhuma garantia. Os trabalhadores são reduzidos à condição de “natureza”, caem e morrem como os arbustos, como as árvores da floresta. Os próprios companheiros que sobrevivem relatam e rememoram esses acontecimentos como se descrevessem uma paisagem. As relações e as práticas sociais são quase esquecidas.

Todavia, é nesse universo social em que as práticas do direito têm pouca expressão, em que a morte sem trégua acompanha a vida, em que o progresso se mede pela extensão de grandes áreas abertas na floresta que as novas cidades, situadas ao longo dos grandes

eixos rodoviários, constituem-se como locais de passagem em uma cartografia dos deslocamentos sociais na Amazônia. Ouvindo alguns desses trabalhadores a respeito do seu destino, sobre os lugares onde nasceram e por onde passaram, percebemos nas falas de uns as vozes de muitos outros, *rolando* pelo mundo, perdendo-se nos labirintos da memória:

*(...) eu rolei muito pelo estado do Pará, em Santarém, Itaituba... Depois fui para o Acre e Rondônia... Hoje estou em Juína. Eu passei em vários lugares, nem sei contar... Sou do Estado do Maranhão, de Caxias do Maranhão, nasci lá.*⁵¹

E ainda lembrando a experiência das trajetórias nômades, num vaivém incessante, percorrendo várias cidades de Mato Grosso, um deles, conhecido por Gaúcho, observa:

*Às vezes você luta pra um lado, pra outro... Peleja... Vê pneu de caminhão e sobe. No Sul estava muito fraco de serviço. Vim pra cá (Juína) de Pontes e Lacerda, passei em Campo Novo, passei por outras cidades, tudo aqui no Mato Grosso, depois é que vim pra Juína.*⁵²

Como também no relato de Martins Ribeiro de Araújo:

*Sou da Bahia. Eu vim de São Paulo, vim pra Mato Grosso do Sul e de lá vim pra cá. Cheguei até ir ao Pará. Vim no treichão aí, andando de cidade em cidade, até chegar aqui, Juína, atrás de serviço...*⁵³

Para Alberto Gracindo, com 58 anos de idade, que tem como objetivo “sempre trabalhar”, porque diz “que não quer ver sua gente mal”, o mundo torna-se a expressão da forma como vive os deslocamentos, segundo suas próprias regras. Desde que saiu do Ceará, ainda muito jovem, percorreu os estados do Paraná, São Paulo, Pará, passando por muitas cidades – “que eu já esqueci” – até chegar a Mato Grosso. Mas quando afirma que parou em todas as cidades, imediatamente contrapõe: “*Não parei em lugar nenhum, fiquei jogado, trabalhando aí. Cai no mundo de meu Deus!*”⁵⁴

Poderíamos dizer que esses trabalhadores transformam o caminho em sua morada. O lugar nenhum se torna seu lugar. As identidades, algo mais vago e impreciso, são construídas nas eventualidades das passagens, das travessias, em que trabalhar e caminhar tornam-se palavras sinônimas.

Focalizar a trama das tensões sociais que o processo de constituição das novas cidades nos revela permite refletir sobre as práticas de controle dos “novos espaços” na

Amazônia, ao mesmo tempo que a conduta ativa de homens e mulheres, tendo em vista as estratégias de resistência. Trata-se, também, de analisar a *ratio* que informou as políticas públicas para planejar e organizar a construção dessas cidades.

Contudo, privilegiar o estudo de um tipo de racionalidade ligada ao poder através de relações complexas é colocar em debate um conjunto de técnicas, procedimentos específicos e objetivos planejados para alcançá-los, mesmo que isso não venha a ser a expressão da sua “realidade” por inteiro. Mais que isso, consiste em construir em torno do estudo das cidades e do trabalho aquilo que Foucault fala em termos de um poliedro de inteligibilidade, cujas faces não são previamente definidas e nunca consideradas legitimamente concluídas.⁵⁵

Assim, procuramos analisar a emergência das cidades no âmbito das políticas autoritárias de controle do espaço amazônico, voltadas para institucionalizar um modelo de desenvolvimento que apresenta o trabalhador como uma força de trabalho “necessária”, porém perigosa e, portanto, alvo de formas diversas de vigilância, controle e exclusão. Contudo, no mesmo movimento, também observamos como homens e mulheres estão constantemente criando estratégias e astuciosas iniciativas para contornar, resistir, reinventar o universo de práticas e discursos que procuram instituí-los de forma excludente. Essas táticas se revelam tanto para driblar as formas de exploração e as situações mais violentas impostas pelos grandes proprietários de terra e donos de empresas,⁵⁶ como para viver nas cidades posicionando-se em locais públicos que lhes permitam estabelecer relações de coexistência. Além do mais, devemos nos lembrar que os deslocamentos sociais significam mudanças e recriação de referências de identidade, negociando no círculo social as diferenças das formas de pertencimento cultural, refazendo práticas e experimentando a produção de outras formas de ambiente construído.⁵⁷

Esse trabalhador(a), combinando e disputando recursos materiais e simbólicos, vivendo em um território assinalado pelos constantes deslocamentos, expressa sua condição de desterritorializados que, nas palavras de Peter Pál Pelbart:

Ele ocupa um território mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes.⁵⁸

Recebido em setembro/2003; aprovado em setembro/2003

* Professora doutora da Universidade Federal de Mato Grosso.

¹ Segundo a divisão regional do país, a Amazônia compreende a Região Norte (os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins) e parte da Região Centro-Oeste (o estado de Mato Grosso). A soma das áreas desses estados é de 4,7 milhões de quilômetros quadrados. A outra referência para o território amazônico, que o define como Amazônia Legal (com a criação do Plano de Valorização da Amazônia, em 1953), inclui o oeste do Maranhão. Contudo, ao fazer menção ao *território amazônico*, as análises desenvolvidas neste artigo têm em vista apreender a constituição do território a partir das práticas sociais, permitindo pensar o território no seu papel ativo, compreendendo a sua dimensão simbólica. A respeito da noção de região, ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Bertrand/Rio de Janeiro, Difel, 2000 (especificamente “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”, pp. 107-132); ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém, Seminário Consulta, Supercores, 1995 (consultar especialmente a Introdução, pp. 35-48). Cf. a concepção de território a partir de seus usos em SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996; e, do mesmo autor, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. I – Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 212.

³ Entre 1999 e 2000, coordenamos um Projeto Integrado de Pesquisa, com apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico), visando as cidades de Mato Grosso situadas na parte norte do estado, intitulado “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico/ Mato Grosso”, ligado a uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, de cujo corpo docente fazemos parte. Neste projeto privilegiamos a cidade de Juína, norte do estado. Para melhor desenvolver o projeto de pesquisa, nós, o Prof. Vitale Joaoni Neto e a autora deste texto, constituímos um grupo de pesquisa formado por 23 alunos do curso de História da UFMT na cidade de Juína, o que muito contribuiu para o nosso trabalho. Devemos citar também a cidade de Vila Rica, extremo-norte do estado, na divisa com o estado do Pará, cidade que surgiu da colonização privada; núcleo urbano escolhido para tema de estudo e das pesquisas de um grupo de alunos, sob nossa orientação, no curso de Graduação em História/Projeto Parceladas, pela Universidade Estadual de Mato Grosso – Unemat, localizado na cidade de Luciara, nordeste do estado de Mato Grosso, do qual fomos assessora e professora, no período de 1998-2002. Antes dessas experiências citadas, na década de oitenta, estudamos o processo de colonização do qual surgiu a cidade de Alta Floresta, também norte do estado, que resultou na produção do livro GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde. Política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá, Unicen/Apoio Unesco, 2002. No momento, continuamos as pesquisas sobre a problemática da ocupação na Amazônia, considerando Mato Grosso, em nossos estudos ligados ao pós-doutorado, com o projeto de pesquisa: “História, memória e tempo presente: cidades, trabalho e violência”. Amazônia/Mato Grosso, junto ao Departamento de História, da FFLCH da USP.

⁴ O projeto de integração nacional e regional, sob o comando do regime militar, implementou a construção de grandes rodovias, associada à política de ocupação dos chamados “espaços vazios”. Através do Plano de Integração Nacional – PIN (criado pelo Decreto-lei nº 1106, de 16 de junho de 1970), o governo Médici determinava a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além do Plano de Irrigação do Nordeste. Também se ordenava que se reservasse “para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica” (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, v. 5, p. 2.208). Consultar os seguintes autores: HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, Vozes/Belém, Naea-UFPA, 1991;

GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde. Política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá, Unicap/Apoio Unesco, 2002. Especificamente sobre o sistema rodoviário na Região Norte, ver o artigo de ALMEIDA, Roberto Schmidt de. e RIBEIRO, Miguel A. Campos. “Os sistemas de transporte na região norte: evolução e reorganização das redes”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 2, 1989; e SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, 2001.

⁵ IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis, Vozes, 1979. Ver também SANTOS, José V. Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta – do sul para a Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1993.

⁶ Cf. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. Sobre a violência contra posseiros, ver o notável trabalho de FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, Ed. Unicamp, 1986.

⁷ Consultar o trabalho inovador PHUL, João Ivo: “Estratégias de poder na luta pela terra - Gleba São Domingos. Vale do Guaporé, Mato Grosso (1970-1990)”. Cuiabá, 2003. Dissertação de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. O autor focalizou a luta pela terra na região de São Domingos, Vale do Guaporé, parte noroeste do estado de Mato Grosso, próximo à divisa com a Bolívia, em que os posseiros e outros agricultores sem terra enfrentaram os bandos de pistoleiros contratados pelos latifundiários. Constitui-se em um caso exemplar de luta pela terra em que os posseiros saíram vitoriosos.

⁸ Vários autores já chamaram a atenção para a questão da militarização e o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia no período da Ditadura Militar no Brasil, em especial: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Getat – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, Campinas, n. 2, mar./abr. 1981; IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

⁹ Que, neste caso, caracteriza os procedimentos dos *grileiros*, ou seja, daqueles que procuram apossar-se de terras de outrem mediante falsas escrituras de propriedade.

¹⁰ Cf. MORENO, Gislaïne. “Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso”. São Paulo, 1993. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.

¹¹ Como a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Ver OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência”. São Paulo, 1997. Tese de livre docência, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

¹² Ver GONÇALVES, C. W. Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto, 1989; e OLIVEIRA, Ariovaldo de., op. cit., 1997.

¹³ Cf. as análises para os estudos sobre *fronteira* e violência na Amazônia brasileira em MARTINS, José de Souza, op. cit., 1997. Não deixar de consultar a grande contribuição dos estudos de RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização (A integração das populações indígenas no Brasil moderno)*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1977. Cf. também VELHO, Otávio G. C. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

¹⁴ Ver as contribuições para o estudo das relações interculturais em CANCLINI, Nestor G. *A globalização imaginada*. São Paulo, Iluminuras, 2003, p. 114.

¹⁵ Ver, sobre o tema da colonização recente em Mato Grosso: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*, op. cit., 2002; OLIVEIRA, João Mariano. “A esperança vem na frente – o caso SINOP”. São Paulo, 1982. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP; SOUZA, Edison Antônio de. “Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a

colonização”. Cuiabá, 2001. Dissertação de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso; SANTOS, José Tavares dos., op. cit., 1993. Sobre Rondônia. Cf. SANTOS, Milton. Organização do espaço e organização social: o caso Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Ano XXXII, pp. 51-57, 1982; e COY, M. *Rondônia: frente pioneira e programa POLONOROESTE*. “O processo de diferenciação sócio-econômica na periferia e os limites do planejamento público”. In: KOHLHEPP, G. e SCHRADER, A. (eds.). *Homem e natureza na Amazônia*. Simposio internacional e interdisciplinar, ADLAF, Blaubeuren, 1986. *Tübinger Geographische Studien*, 95 (Tübinger Beiträge zur Geographischen Lateinamerika-Forschung, 3), Tübingen, 1987, pp. 253-270.

¹⁶ Ver, especialmente, entre outros, CASTRO, Eudson Ferreira de., op. cit., 1986; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A linha do ouro verde*, op. cit., 2002; MARTINS, José de Souza. *Fronteiras*, op. cit., 1997; SANTOS, José Tavares dos, op. cit., 1993; e OLIVEIRA, Ariovaldo de., op. cit., 1997.

¹⁷ A área total do estado de Mato Grosso é de 901.420,07 km², com uma população de 2.498.150 habitantes (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

¹⁸ De acordo com os dados do Incra-BR (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 1981, de um total de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (envolvendo inclusive aquelas cujos registros foram cassados ou cancelados), no período de 1970 a 1981, aproximadamente 42% estavam localizadas no estado de Mato Grosso. Entretanto, se não considerarmos aquelas cujos registros foram cancelados ou cassados, num total de 19, o número de empresas em funcionamento efetivo naquele período caía para 82, fazendo com que o percentual das que se mantiveram em atividade no estado subisse para 52%. Mas a maioria dessas empresas tinha mais de um projeto de colonização, e, o que é importante frisar, muitas vezes em áreas distintas. Deste modo, de 125 projetos autorizados a funcionar pelo Incra no Brasil, naquele período, 60% desse total estavam efetivados em Mato Grosso. E, o que é mais significativo, desses 75 projetos de colonização, 49%, aproximadamente, desenvolveram-se, direta ou indiretamente, ao longo do eixo da rodovia federal Cuiabá-Santarém. A porção nordeste do estado conta também com uma das maiores concentrações de agropecuárias da Amazônia. Para aprofundar as análises sobre a constituição das agropecuárias e do desenvolvimento do capitalismo em Mato Grosso, ver OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, Papyrus, 1987. E, do mesmo autor, *Integrar para não entregar. Políticas públicas na Amazônia*. Campinas, Papyrus, 1988.

¹⁹ O estado de Mato Grosso conta com 142 municípios. Dados fornecidos pelo IBGE, Censo 2000.

²⁰ Especial destaque deve ser dado aos municípios de Sinop (74.831), Alta Floresta (46.982), Juína (38.017) e Sorriso (35.605), que surgiram como núcleos de colonização em finais da década de setenta e se encontram entre aqueles que apresentam um grande índice de crescimento populacional no estado, segundo dados do Censo de 2000, pelo IBGE.

²¹ Cf. Carta sobre a violência. CASTRO, Eudson Ferreira de. Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, 23 de fevereiro de 2003. CASALDALIGA, Dom Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Mato Grosso, Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.

²² Codemat (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso).

²³ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*, op. cit., 2000, p. 115.

²⁴ Pesquisa de campo em Juína. Projeto Integrado, citado.

²⁵ Ver RIBEIRO, José Donizetti. “Terra e garimpo – um estudo sobre a violência nos anos de consolidação do espaço da colonização. Mato Grosso”. Cuiabá, 2001. Dissertação de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Consultar também os trabalhos de conclusão de curso dos alunos de História de Juína - UFMT, sob nossa orientação (Biblioteca Rubens de Mendonça – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT).

²⁶ Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. "Passos nômades: narrativas de espaço – construção de novas cidades e memória histórica – Mato Grosso". In: COSTA, Cléria Botelho da e MAGALHÃES, Nancy Alessio (orgs.). *Contar história, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília, Pararelo 15, 2001.

²⁷ Entre outros, os jornais *O Estado de Mato Grosso* e *Correio Varzeagrandense*, e a *Revista Mato Grosso S/A*.

²⁸ Ver, como exemplo, uma série de reportagens que o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, publicou sobre a "fronteira agrícola" do Mato Grosso, durante o mês de maio de 1981.

²⁹ Estudando o caso de Alta Floresta (extremo norte do estado de Mato Grosso), verificamos que, dos 211.966,05 hectares de terras, somando-se mais 200.000 hectares de terras para o núcleo de Paranaita (área contígua), adquiridos pela empresa Indeco, com autorização do Incra para colonização, aproximadamente 13% da área total, apenas isso, eram colocados à venda para pequenos agricultores – Mapa de loteamento da Indeco, que consta no Projeto de Colonização (cf. GUIMARÃES NETO, *A linha do ouro verde*, op. cit., 2002).

³⁰ Através da pesquisa de campo realizada para o projeto Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT, levantamos alguns processos-crimes no Fórum civil e criminal da cidade de Juína que apontam a existência de escravidão em grandes fazendas da região.

³¹ Cf. RIBEIRO, José Donizetti, op. cit., 2001.

³² Através da nossa pesquisa na cidade de Juína (1999-2000), registramos casos de crianças que têm sangramentos nos dedos das mãos causados pelo contato com a madeira.

³³ Ver PELBART, Peter Pål. Pouvoir sur la vie, puissance de la vie. *Multitudes*, 9, mai/juin, 2002. Disponível em http://multitudes.samizdat.net/article.php?id_article=41, acessado em 19 de abril de 2003.

³⁴ Informações a partir de nossa pesquisa de campo. Juína, maio de 2000.

³⁵ O município de Juína tem como limites: a oeste o estado de Rondônia, e ao norte o grande município de Aripuanã, situado muito próximo ao estado do Amazonas. O seu território encontra-se circundado pelas terras dos povos indígenas Cinta-Larga, Enawenê-Nawê, Erikbaktsa e Myky, entre os mais conhecidos. Essa cidade surgiu de uma colonização pública, coordenada pelo estado de Mato Grosso, no final da década de 1970.

³⁶ Pesquisa de campo. Entrevista realizada em Juína, maio de 2000.

³⁷ Idem.

³⁸ Ver especialmente BOURDIEU, Pierre. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit, 1979.

³⁹ Pesquisa de campo citada.

⁴⁰ CANCLINI, Nestor. *A globalização imaginada*, op. cit., 2003, p. 110.

⁴¹ Ibidem.

⁴² ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Carajás, a guerra dos mapas*, op. cit., 1997, p. 45.

⁴³ Conhecidos pela utilização de mecanismos coercitivos e aliciamento de trabalhadores e, muitas vezes, pela violência física, desde a tortura até os assassinatos.

⁴⁴ *Folha Regional*. Ano I, n. 2, Juína, 01/15 de janeiro de 1998.

⁴⁵ Entrevista com Zenon Silva Santos. Pesquisa de campo citada.

⁴⁶ Pesquisa de campo citada.

- ⁴⁷ Entrevista realizada na delegacia da cidade de Juína, onde Josenildo cumpria pena, novembro de 2000.
- ⁴⁸ Idem.
- ⁴⁹ Idem.
- ⁵⁰ Idem.
- ⁵¹ Pesquisa de campo em Juína, maio de 2000.
- ⁵² Idem.
- ⁵³ Idem.
- ⁵⁴ Idem.
- ⁵⁵ MOTTA, Manoel Barros da (org.). "A poeira e a nuvem". In: *Estratégia, poder-saber: Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003, p. 329.
- ⁵⁶ Existem registros valiosos a respeito das iniciativas de resistência de trabalhadores, fugindo e denunciando fazendeiros e pistoleiros. Consultar os arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia, na cidade do mesmo nome, em Mato Grosso, e os arquivos da Comissão Pastoral da Terra, com sede nos estados.
- ⁵⁷ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 2000. Ver, também, CANCLINI, *A globalização imaginada*, op. cit., 2003.
- ⁵⁸ PELBART, Peter Pål, op. cit., 2002.